

Atesto recebido:

28 / 10 / 2025

Assinatura:

Idineia Azeite



Prefeitura Municipal de Nova Araçá  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

**PROJETO DE LEI Nº 059 DE 27 DE OUTUBRO DE 2025.**

*Altera a Lei Municipal nº 3.516, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a concessão de vale-alimentação aos agentes públicos municipais.*

O Prefeito Municipal de Nova Araçá, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores sancionou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada o artigo 5º da Lei Municipal nº 3.516/2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º Fazem jus a perceber o vale - alimentação, independentemente da sua carga horária:*

- I - Servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, estáveis ou não;*
- II - Servidores públicos ocupantes de cargo em comissão, ou Função de Confiança correspondente;*
- III - Contratados temporariamente;*
- IV - Empregados públicos;*
- V - Conselheiros tutelares;*
- VI - Secretários Municipais.*

*§ 1º O agente público perderá o direito ao vale-alimentação referente aos dias úteis em que perceber diária.*

*§ 2º O agente público perderá o direito ao vale-alimentação referente aos dias úteis em que estiver em gozo das seguintes concessões:*

- a) Concessão por doação de sangue;*
- b) Concessão por falecimento de familiar ou parente;*
- c) Concessão por motivo de casamento.*

*§ 3º Perderá o direito ao vale-alimentação referente aos dias de ausência, independentemente de eles recaírem em dia útil, o agente público que estiver em gozo dos seguintes afastamentos ou licenças, bem como estiver em situação de teletrabalho, nos moldes da legislação municipal.*

- I - Afastamento por laudo pericial emitido por junta médica do Município ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;*
- II - Férias;*

Prefeitura Municipal de Nova Araçá  
Rua Alexandre Gazzoni, 200, Centro. Nova Araçá – RS. CEP: 95.350-000  
Telefone: 54 3275-1333



Prefeitura Municipal de Nova Araçá  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

- III - Licença prêmio;
- IV - Licença-maternidade;
- V - Prorrogação de licença-maternidade;
- VI - Licença-paternidade;
- VII - Licença por motivo de doença em pessoa da família;
- VIII - Licença para o serviço militar obrigatório;
- IX - Licença para concorrer a mandato eletivo;
- X - Licença para tratar de interesses particulares;
- XI - Licença para desempenho de mandato classista;
- XII - Afastamento para servir a outro órgão ou entidade;

*§ 4º Perderá o direito ao vale-alimentação da competência/mês, de forma total, o agente público que faltar injustificadamente mais de quatro horas na respectiva competência, independentemente da carga horária diária que desenvolve.*

*§ 5º Os servidores que não comparecerem ao serviço por faltas justificadas, pela apresentação de atestados médicos ou equivalentes, entendendo-se como equivalentes os exames e procedimentos de saúde inerentes à consulta médica, em período igual ou superior à metade de sua carga horária diária, contabilizando-se, para tal, apenas os que recaírem em dias úteis, sofrerão os seguintes descontos:*

- a) Se faltar 2 (dois) dias, em período igual ou superior à metade de sua carga horária diária, terá o desconto de 25% (vinte e cinco por cento) do total do vale-alimentação do mês;*
- b) Se faltar 3 (três) dias, em período igual ou superior à metade de sua carga horária diária, terá o desconto de 50% (cinquenta por cento) do total do vale-alimentação do mês;*
- c) Se faltar 4 (quatro) dias ou mais, em período igual ou superior à metade de sua carga horária diária, terá o desconto será do valor total do vale-alimentação do mês.*

*§ 6º Para os fins do disposto nesta Lei, o atestado médico ou equivalente protocolado fora do prazo previsto em regulamento será considerado como falta injustificada, não sendo consideradas alegações, justificativas, ou concessões de dilatação de prazo.*

*§ 7º O agente público em acumulação de cargos públicos no Município de Nova Araçá perceberá o vale-alimentação referente a apenas uma das matrículas, todavia, os descontos acima citados ocorrerão de acordo com a carga horária total desempenhada pelo servidor no município, independente em qual matrícula a falta ou o vale-alimentação estejam vinculados.*

*§ 8º O agente público que indenizar dias de férias suspensas, nos termos da Lei, terá acrescido ao total de seu vale-alimentação da competência o valor referente ao vale-alimentação dos dias de férias indenizados."*

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.



Prefeitura Municipal de Nova Araçá  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

Art. 3º Esta lei entrará em vigor no dia primeiro do mês seguinte ao de sua publicação.

Nova Araçá/RS, 27 de outubro de 2025.

HENRIQUE OCCHI Assinado de forma digital  
por HENRIQUE OCCHI  
PERETTI:0306552 PERETTI:03065524007  
4007 Dados: 2025.10.27  
15:55:37 -03'00'

**HENRIQUE OCCHI PERETTI**  
Prefeito Municipal

**CÂMARA DE NOVA ARAÇÁ**

(X) Aprovado ( ) Rejeitado por \_\_\_\_\_

Com 6 Votos Vencidos/\_\_\_\_\_ Abstenções

Sessão (X) Ordinária ( ) Extraordinária

Data 28/10/25 ATANº 037/2025

Simone M. Mourão  
PRESIDENTE

Simone M. Mourão

Adriana F. Mourão

Alcides Mourão

Luiz Mourão

Gabriela H. Mourão

Denise de Moraes Rufato





Prefeitura Municipal de Nova Araçá  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

**JUSTIFICATIVA**

Nobres Edis,

Vimos apresentar Projeto de Lei que, caso aprovado, alterará a Lei Municipal nº 3.516/22, que dispõe sobre a concessão de vale-alimentação aos agentes públicos municipais.

Sabe-se que recentemente houve significativa modificação na Lei acima citada, todavia, após sua aprovação verificaram-se pequenos detalhes que carecem de correção, como forma de trazer a adequação aplicação e compreensão da Lei.

Realizaram-se pequenas adequações de cunho meramente procedimental, bem como, a retirada da previsão de desconto do vale-alimentação para afastamentos em decorrência de participação em tribunal do júri e atuação como mesário, tendo em vista serem consideradas ausências justificadas que inviabilizam o desconto.

Ademais, suprimiu-se o §3º e consequentemente reenumerou-se os parágrafos subsequentes. A supressão ocorreu pelo equívoco de sua inserção na lei anterior, o qual possuía o mesmo conteúdo do §4º, gerando repetição e confusão de interpretação.

Esta é a justificativa apresentada aos Nobres Edis, para apreciação da presente matéria, **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Ante o exposto, solicitamos a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, com o intuito de regularizarmos a sistemática do vale-alimentação em nosso Município.

Nova Araçá/RS, 27 de outubro de 2025.

HENRIQUE OCCHI  
PERETTI:03065524007

Assinado de forma digital por  
HENRIQUE OCCHI PERETTI:03065524007  
Dados: 2025.10.28 10:56:20 -03'00'

**HENRIQUE OCCHI PERETTI**  
Prefeito Municipal